

SESSÕES DO PLENÁRIO

35ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 7 de maio de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES (ad hoc)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Niltinho, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (47) O Deputado Euclides Fernandes teve a falta justificada (Atestado Médico).

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, deputado José Raimundo, imprensa aqui presente, *TV ALBA*, dando essa cobertura, funcionários do Judiciário... Do Judiciário, não é?

Participantes das galerias: Sim!

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Muito bem, estão na perseverança.

Mas, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para fazer, aqui, um registro: o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou um artigo no *Bahia Jornal* do dia 8 de abril, que diz o seguinte:

(Lê) “A violência contra a população idosa é um problema que requer atenção e ação de toda a sociedade. Nesse contexto, é fundamental promover a conscientização, a educação e a criação de redes de apoio para prevenir e combater essa violência.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2025, o estado da Bahia já registrou, até o momento, 12.279 casos de violações (qualquer fato que atente ou viole os direitos humanos de uma vítima, como maus tratos, exploração sexual, tráfico de pessoas) contra a pessoa idosa. Desse total, apenas 1.264 denúncias foram efetivadas (quantidade de registros que demonstra a quantidade de vezes em que os usuários buscaram a ONDH para registrarem uma denúncia).

Em 2024, este número foi de 40.015 casos. Na capital, Salvador, em 2025 já foram registrados 3.416 casos e, ano passado, foram 13.430 registros na capital baiana.”

Sr. Presidente, esses são dados do Ministério dos Direitos Humanos. Essa notícia é preocupante. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa nesta Casa, nós temos acompanhado de perto. Inclusive, hoje, na Bahia só existe uma Delegacia de Proteção aos Direitos da Pessoa Idosa, inclusive por indicação de autoria deste deputado, que fez a indicação ao governo de, na época, César Borges. De lá para cá, não se avançou em nada.

E eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, mais uma vez, porque nós estamos movidos... Estou aqui indignado e preocupado. Sabe por quê? (Lê) “Nos últimos dias, tomamos conhecimento de um escândalo que atinge diretamente àqueles que deveriam ser respeitados e protegidos: nossos aposentados e pensionistas.” Isso é gravíssimo, Sr. Presidente!

(Lê) “Uma investigação conduzida pela Polícia Federal, em parceria com a Controladoria-Geral da União, revelou um esquema de fraudes no INSS. Foram desviados cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024,...”

Sr. Presidente, é outra violência gravíssima! O roubo, o roubo, Sr. Presidente! Isso é um absurdo!

(Lê) “(...) além de empréstimos suspeitos que devem ser investigados dentro dos quase 90 bilhões em consignados liberados apenas no ano de 2023. Os valores eram descontados diretamente da folha de pagamento de milhares de aposentados e pensionistas sem o conhecimento e o consentimento deles.

Segundo as investigações, sindicatos e entidades associativas cobravam mensalidades indevidas em valores aparentemente baixos, entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00, mas que somados causaram um rombo bilionário. Justamente por serem valores pequenos,...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“(...) muitos idosos sequer percebiam o desconto em seus extratos. E, se não soubessem acessar o sistema, jamais descobririam o que estava acontecendo.”

Mas, Sr. Presidente, para concluir, (Lê) “Isso é mais do que um golpe financeiro, é uma violência contra a dignidade da pessoa idosa. Estamos falando...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“(…) de recursos que poderiam ser usados para medicamentos, alimentação, transportes ou outras necessidades básicas. Quantas dessas pessoas tiveram que escolher entre um remédio e uma refeição por causa de um desconto ilegal?

Este caso escancara a urgência de fortalecer as políticas públicas voltadas para a proteção do direito da pessoa idosa. Não podemos permitir que crimes como esses passem impunes.”

E, aí, Sr. Presidente, cadê o STF? Cadê o STF, que funciona para Chico, mas não funciona para Francisco? Funciona para “a”, mas não funciona para “b”. Onde é que está a Justiça do nosso país? Onde é que está? A pergunta é essa! Porque está declarado: isso foi um roubo aos aposentados e pensionistas do nosso Brasil! Não é só do estado da Bahia, não. A Bahia está sendo vítima, porque os idosos aposentados e pensionistas também estão sendo roubados! E nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente.

Eu peço a V. Ex.^a, que faz parte do Partido dos Trabalhadores, que acione o nosso presidente da República, porque ele não pode fechar os olhos para um escândalo como esse, não! Ele tem que agir! Ele tem que agir! O STF tem que agir, porque é o povo que está sofrendo.

Além disso, Sr. Presidente, a questão da violência, como eu acabei de ler, contra a pessoa idosa tem sido gravíssima.

Era isso que eu gostaria de deixar registrado nesta tarde, neste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado José de Arimateia. V. Ex.^a tem razão em protestar, em denunciar essa situação. Mas, com certeza, a Polícia Federal está investigando e irá indiciar os culpados, eu tenho certeza. Com as medidas que o presidente Lula já tomou, oportunamente todos esses trambiqueiros estarão no banco dos réus para que a Justiça possa, realmente, puni-los.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, aqui, a ordem de inscritos, eu convido o deputado Hilton Coelho para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, especialmente os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário que nos acompanham das galerias, daqui a pouco eu quero fazer uma referência a vocês. Vocês já perceberam que a nossa plaquinha está aqui presente – como sempre – e eu quero falar sobre isso daqui a pouco, mas não poderia deixar de antes fazer dois registros que me parecem importantes, Sr. Presidente.

Primeiro, na semana passada, nós do Psol – e aí eu falo do nosso mandato da resistência, junto com o Partido Socialismo e Liberdade na Bahia –, sob a condução do companheiro Ronaldo Santos, entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari.

Esse plano foi aprovado pela câmara de vereadores, em 2023, e também sancionado pelo prefeito Elinaldo Araújo, que trouxe um conjunto de definições, de

redefinições sobre a vida da cidade de Camaçari, sendo um elenco de crimes ambientais. Para se ter uma ideia, houve a retirada, o desrespeito em relação ao conjunto de normas, que são normas de uma legislação federal e não podem faltar em nenhum planejamento urbano de qualquer município de cidades brasileiras.

Portanto, isso demonstra, mais uma vez, os sinais da relação do poder governamental e municipal com o beneficiamento de empresas privadas. Não é possível que áreas de proteção ambiental sejam retiradas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, sacrificando comunidades quilombolas, comunidades indígenas, famílias da agricultura que adotam a concepção da agroecologia, além de marisqueiras, e isso não tenha o aval de técnico da prefeitura, isso não tenha uma intencionalidade.

Então, os movimentos sociais, especialmente por meio do Instituto Restinga, nos trouxeram essa demanda e o Partido Socialismo e Liberdade entrou com essa Ação Direta de Inconstitucionalidade. Espero que esses elementos colocados no PDDU de Camaçari sejam suspensos, a bem do povo de Camaçari e da própria humanidade.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar aqui de fazer uma referência à participação, hoje, na assembleia judiciária estadual do Sinpojud, que é um dos sindicatos da categoria dos trabalhadores. Hoje, o Sinpojud fez uma excelente assembleia, extremamente combativa e necessária, não é? A meu ver, isso consolida uma posição firme da categoria em relação ao PCCV e à necessidade de esta Casa fazer a aprovação do PCCV.

Nós tivemos sinalizações positivas nesse sentido, mas elas precisam virar uma realidade, não é? Existe um fantasma rondando o Judiciário, que é a perspectiva de o próprio Judiciário priorizar um outro projeto. Eu não quero acreditar que a desembargadora Cynthia possa fazer essa movimentação. Acredito que são boatos, mas quero colocar de maneira muito firme, nesta tribuna, a nossa contraposição veemente a qualquer debate sobre alteração da ordem de prioridades na aprovação de projetos sobre o Judiciário aqui.

A prioridade absoluta é o PCCV, não é?

Nós precisamos responder essa demanda, que é uma demanda histórica e que, publicamente, já tinha existido sinalização de acordo pela sua aprovação.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu acredito que a manifestação dos servidores que paralisaram o Judiciário baiano... Eu estive com representantes da OAB demonstrando a preocupação em relação a essa paralisação, mas não em contraposição aos trabalhadores e, sim, reconhecendo a legitimidade da luta pelo PCCV.

Há a necessidade do Tribunal de Justiça, bem como, principalmente, o governo Jerônimo e esta Casa terem uma posição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e aprovarem, de maneira célere, o PCCV para que a gente possa ver a Justiça baiana funcionando plenamente mais uma vez e, portanto, preservando o direito da nossa população de ter uma resposta jurídica às suas problemáticas.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer que o movimento está mais forte do que nunca. Essa assembleia, hoje pela manhã, do Sinpojud consolidou de uma só vez, a meu ver, a força do movimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que está dizendo, com todas as letras, que não tolera mais atrasos na aprovação do PCCV.

Esta Casa precisa dar os sinais positivos, ainda esta semana, para que o PCCV seja uma realidade aprovada na semana que vem, sob pena de vermos a greve se arrastar e nós termos que derrotar... Eu não tenho dúvida de que essa posição vai ser derrotada se não for aprovado o PCCV nesta Casa, mas termos que derrotá-la a partir de uma guerra que será extremamente dura entre o conjunto dos servidores, seus aliados, como nosso mandato, outros parlamentares que já se pronunciaram aqui e instituições como a OAB, em uma queda de braço com o governo da Bahia e com esta Casa.

(O deputado José de Arimateia assume a presidência da Mesa.)

Eu acho que nós devemos evitar a desmoralização da Assembleia Legislativa. É preciso que a Assembleia tenha uma posição firme em relação à questão da autonomia dos Poderes, já que foi sinalizado, deputado Arimateia, que assume aqui a presidência, pela própria presidente que conduz o Judiciário, que é possível garantir o PCCV com recursos próprios. Se é dessa forma, é preciso garantir a Constituição brasileira, preservar a autonomia entre os Poderes e aprovar, de uma vez por todas, o plano de carreira, cargos e vencimentos dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr. Presidente, me parece que não tem mais ninguém inscrito...

O Sr. Pedro Tavares: Eu vou falar, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Ah, você vai falar, Pedro?

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Muito bem, deputado Hilton Coelho. V. Ex.^a tem razão de cobrar essa luta dos funcionários do Judiciário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente e galerias, eu queria começar hoje falando sobre a minha alegria de ver a consolidação de um projeto importante no município de Morro do Chapéu, que é a consolidação da produção de vinhos naquela cidade.

Morro do Chapéu se tornou referência na produção de vinhos e, hoje, tem diversas vinícolas produzindo vinhos de qualidade, abertas para visita. Recentemente, duas vinícolas de Morro do Chapéu tiveram dois vinhos premiados como melhores vinhos do Brasil.

Queria parabenizar a Vinícola Vaz, que teve um vinho premiado, e a Vinícola Reconvexo, que também teve um vinho premiado. Eu tive a honra de apresentar nesta

Casa o projeto de lei tornando Morro do Chapéu a capital do vinho da Chapada Diamantina, valorizando esse projeto, esse grande viés que se transformou em realidade naquele município, algo tão importante para a geração de emprego e de renda.

Turistas de todo o Brasil, da região e de fora do país têm visitado Morro do Chapéu para conhecer a produção de vinho. São vinícolas que estão abertas à visitação, produzindo vinhos de qualidade, movimentando a economia da cidade, gerando emprego, gerando renda.

E eu queria parabenizar todas as vinícolas e todos os envolvidos nesse grande projeto de consolidação da produção de vinhos lá na Chapada Diamantina. Parabenizar os produtores, parabenizar todos aqueles que investiram e, de forma especial, parabenizar essa grande prefeita, que tem feito um grande trabalho. Ela é uma grande incentivadora da produção de vinho na cidade e ajudou a transformar em realidade esse grande viés que, hoje, é reconhecido nacionalmente como a capital do vinho da Chapada Diamantina, a nossa prefeita Juliana Araujo.

Em nome dela, quero parabenizar toda a sua equipe, que esteve imbuída e que trabalha dia a dia para a consolidação desse grande projeto. Ficam aqui os meus parabéns a todos os produtores, os meus parabéns a todos os envolvidos nesse grande projeto que, hoje, é uma realidade já reconhecida em todo o Brasil e no exterior: a produção de vinhos na Chapada Diamantina, em Morro do Chapéu.

Então, ficam aqui os meus parabéns à prefeita Juliana e também a todos os envolvidos nessa grande iniciativa, que, hoje, transformou Morro do Chapéu na capital do vinho da Chapada Diamantina. Isso com muita alegria, fruto de projeto de lei de nossa autoria, aprovado aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Deixo aqui o meu abraço a todo o povo de Morro do Chapéu, deputado José de Arimateia, V. Ex.^a que fica tão bem aí nessa presidência. Peço a você também uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Muito bem, deputado Pedro Tavares.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Antes de pedir a verificação de quórum, não posso deixar de fazer aqui um registro. Apresentei uma moção de aplausos ao Dia Nacional do Taquígrafo, celebrado em 3 de maio:

(Lê) “As palavras podem ser esquecidas, mas os registros escritos permanecem como legado às futuras gerações. É por meio da palavra falada, fielmente registrada pelos taquígrafos, que se constrói a memória dos debates e das decisões parlamentares.

Por esta razão, reconheço e enalteço o trabalho essencial desses profissionais, em especial os que atuam nesta Assembleia Legislativa...”

E, aproveitando a presença da plateia que está aqui nas galerias, os funcionários do Judiciário, para vocês entenderem a importância da Taquigrafia: (lê) “(...) Registra-se que, em 3 de maio de 1823, a Taquigrafia parlamentar foi oficialmente

instituída no Brasil, sendo essencial para a realização da primeira Assembleia Constituinte e para a redação da primeira Constituição do país...”

Olha como são importantes os taquígrafos desta Casa, deputado Hilton. Olha como eles são importantes! Têm uma história.

Sr. Hilton Coelho: Exatamente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): É uma história. Desde 1823, imagine!

(Lê) “(...) Eles fizeram parte da primeira Assembleia Constituinte e da primeira Constituição do nosso país.”

Então, estão de parabéns! Eu queria uma forte salva de palmas para as taquígrafas desta Casa, por favor.

(As galerias se manifestam com palmas)

Que Deus abençoe vocês!

Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Pois não, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Presidente, primeiro, eu quero me congratular com V. Ex.^a por essa homenagem. Nós participamos, ontem, do evento do Dia do Taquígrafo. Foi um evento espetacular, muito bem preparado, que demonstrou que o segmento aqui, nesta Casa, realmente entende como propor iniciativas que podem, inclusive, melhorar o serviço da Casa e que deve se abrir também, acredito, não só com os taquígrafos, mas com o conjunto dos servidores públicos, num novo momento, já que temos uma nova presidente aqui na Assembleia Legislativa. Parabéns!

Concordo plenamente com essa herança histórica positiva, a função do taquígrafo, da taquígrafa. Eu acho que temos aqui mais taquígrafas do que taquígrafos, mas temos dois homens no nosso quadro.

É muito importante isso. Mesmo no momento em que vivíamos num Brasil Império, sob a égide da monarquia, mesmo assim, o Brasil sempre, desde os primeiros momentos da independência, foi tensionado pela ideia de que nós deveríamos ter uma monarquia constitucional. E isso se confunde com a própria existência dos taquígrafos. Então, mais uma vez, parabéns!

Mas, Sr. Presidente, eu pedi essa questão de ordem porque nos chegou uma informação muito grave, assim nós consideramos, sobre a situação da saúde no município de Salvador.

A Prefeitura Municipal de Salvador realizou um concurso no ano passado e abriu 593 vagas na área de saúde para os mais diversos segmentos. Esse concurso foi alvo de questionamentos que são questionamentos já considerados rotineiros, feitos por candidatos que acharam que uma ou outra irregularidade pode ter feito com que o processo não fosse o processo devido. E esses questionamentos foram levados ao Ministério Público.

Qual é o problema? A prefeitura tinha como data de referência para a publicação da lista dos aprovados o dia 25 de janeiro ou de fevereiro. Em função dessas queixas feitas no Ministério Público, a prefeitura deu a declaração pública de que não iria fazer a publicação da lista dos aprovados no concurso.

Isso quando o próprio Ministério Público fez uma manifestação no sentido contrário, evidenciando que nada, na posição do MP, indica a suspensão da validade do concurso e que, portanto, o prefeito deve seguir o rito normal, que é a publicação da lista dos aprovados.

Tem o concurso, a Saúde do município precisa... Eu sei que V. Ex.^a, um parlamentar que é muito ligado a essa área social e, inclusive, tem iniciativas na própria área da saúde, no sentido de complementar situações de dificuldade vividas por nossa população, vai concordar comigo: o município de Salvador precisa dos profissionais concursados da Saúde.

Nós não podemos ver o prefeito Bruno Reis dar o discurso de que não vai publicar a lista dos aprovados no concurso com base nesse argumento já completamente descredenciado pelo próprio Ministério Público.

Então, nós queríamos aqui apresentar o nosso posicionamento em relação a isso. Dizer que o nosso mandato vai ter iniciativa no Ministério Público, no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, se for necessário. É preciso, portanto, que o prefeito Bruno Reis apresente a lista, publique-a, para que esses concursados e concursadas iniciem o trajeto da luta pela convocação. Nós precisamos não apenas da publicação dessa lista, mas da convocação de todos os concursados da Saúde do município de Salvador, a bem da nossa população que tanto necessita de um serviço de saúde de qualidade.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): O.k., deputado Hilton. Foi feito o seu registro e a gente espera que o prefeito possa cumprir isso, diante desse concurso público.

Para concluir, falando ainda sobre a Taquigrafia, quero aqui agradecer a nossa presidente desta Casa, Ivana Bastos, que ontem visitou as taquígrafas, a sala da Taquigrafia, e foi um momento marcante nesta Casa. Não é de costume os presidentes visitarem, mas, ontem, graças a Deus...

Está de parabéns, Ivana Bastos! A nossa presidente já começou bem, viu, presidente?

Que Deus a abençoe!

Havendo apenas dois deputados no Plenário, não havendo mais inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes (justificada), Júnior Muniz, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Olívia Santana, Pancadinha, Paulo Câmara, Ricardo Rodrigues e Zó. (16)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.